

CENTRAIS PELA REDUÇÃO DA JORNADA



Ricardo Stuckert / PR

Lula recebe centrais sindicais e ouve demandas por valorização do salário mínimo, redução de juros e mais investimentos em políticas públicas. Encontro reforça diálogo com movimento sindical

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 27 de abril de 2025 Nº 187

Mobilização sindical em Brasília fortalece agenda trabalhista

Em foco: redução da jornada é destaque do 1º de Maio

A greve geral de 1980 e a luta pela liberdade de Lula

Governo investe R\$ 340 mi em terras indígenas e segurança alimentar



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,
Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára-
be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana
Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton
Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura
Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando
Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,
José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís
Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges
Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges
Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,
Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,
Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,
Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça
Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida
da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



Mobilização

Onda de mobilizações sindicais impulsiona conquistas trabalhistas, com greves e protestos fortalecendo a voz da classe trabalhadora. Avanços na agenda social mostram o poder da união em defesa de direitos e justiça econômica. **pág. 05**

CARTA AO LEITOR

A importância da Margem Equatorial para o Brasil

pág. 04

TRABALHO

Corte na jornada ganha Congresso e redes como pauta do 1º de maio

pág. 05

HISTÓRIA

A greve geral de 1980 e a luta pela liberdade de Lula

pág. 10

DIREITOS

R\$ 340 milhões para combater fome e proteger terras indígenas

pág. 12

CUSTO HUMANO

Moda explora milhões e acelera crise climática

pág. 15

ARTIGO

Chacinas e Conflitos Agrários: o Estado que autoriza a barbárie

pág. 18

ALÍVIO

Crédito do Trabalhador reduz dívidas por empréstimos consignados e CDC

pág. 20

ARTIGO

O Boletim Focus: quando as expectativas criam a realidade

pág. 21

INVESTIMENTO

Senado valida proposta do PT

para recursos em pesquisa
pág. 25

CRISE

Brasileira nos EUA relata “estado de destruição” sob Trump

pág. 26

RESISTÊNCIA

Vietnã completa 50 anos da vitória sobre os EUA; entenda as razões

pág. 27

ALIANÇA

Brasil e Chile fortalecem cooperação em comércio e democracia

pág. 28

RAÍZES

Artista Emily Reis recria magia das feiras sertanejas na Bahia

pág. 30



A Petrobras diz ser segura a exploração de bacia perto da Foz do Amazonas

É imperativo para o desenvolvimento brasileiro buscar o petróleo na margem equatorial

Exploração responsável e progresso econômico para a região amazônica

Alberto Cantalice

A exportação de petróleo bruto tornou-se o principal item na pauta do comércio do Brasil com o mundo. Desde a descoberta e o início da exploração da camada do pré-sal, uma tecnologia de exploração em águas ultra profundas, fruto da expertise da principal empresa brasileira, a Petrobras, o país tornou-se inicialmente autossuficiente e agora se encontra como um dos principais exportadores de óleo no mundo.

Para manter esse nível de produção, a Petrobras precisa ampliar as áreas onde existam capacidade exploratória. É aí que surgem as expectativas sobre a existência

de grandes bacias petrolíferas na Margem Equatorial. Essa bacia, que se localiza a 500 quilômetros da foz do Rio Amazonas e próximo à fronteira com a Guiana, é a aposta da empresa brasileira para aumentar a capacidade de produção e exploração no país.

A Guiana já vem prospectando com êxito grandes quantidades de barris. As multinacionais Exxon, Total e British Petroleum já estão por lá trabalhando intensamente.

No caso brasileiro, aguarda-se uma autorização do Ibama para o início das pesquisas. É justo e necessário que as autoridades responsáveis pelo meio ambiente se preocupem com a preservação da região e exijam estudos detalhados dos impactos ambientais caso ocorram acidentes que comprometam a incolumidade da fauna, flora, rios e lagoas. Entretanto, não dá para desconsiderar os

imensos avanços tecnológicos da Petrobras, cuja exploração no território brasileiro é exitosa e quase sem incidentes.

Ademais, trata-se de uma região onde grande parte da população carece de oportunidades de incremento nas políticas públicas e de investimentos. A existência do petróleo e a sua consequente exploração farão a região florescer com os recursos advindos dos royalties.

Não existe dualidade ou ambivalência entre preservação e desenvolvimento. Quanto mais recursos dispuser o país, mais condições terá a União para atuar firmemente na preservação da Amazônia. O nosso grande patrimônio.

Esperamos que as autoridades ambientais entrem em acordo com a Petrobras e, juntos, busquem compartilhar as preocupações com a preservação ambiental, sendo parceiros de um futuro melhor para os habitantes da região amazônica e todo o povo brasileiro. ■



Centrais sindicais realizam marcha dos trabalhadores pela Esplanada dos Ministérios

Mobilização nacional sindical marca Brasília e fortalece agenda da classe trabalhadora

Plenária, marcha e encontro com Lula consolidam mobilização nacional das centrais sindicais, que entregaram pautas prioritárias ao presidente e aos Três Poderes, com foco em justiça fiscal, jornada de trabalho e valorização da renda

Redação Focus Brasil

Nesta terça-feira (29/4), milhares de trabalhadoras e trabalhadores de todo o país tomaram as ruas de Brasília em uma mobilização nacional que reafirmou a força do movimento sindical e o compromisso com uma agenda concreta por mais justiça social.

Organizada pela CUT, Força Sindical, Intersindical e demais centrais, a Marcha da Classe Trabalhadora teve como pontos altos uma plenária com ministros de Estado, uma caminhada pela Esplanada e a entrega formal das reivindicações ao presidente Luiz

Inácio Lula da Silva.

O documento traz, documento que traz, entre outras reivindicações urgentes, **a redução da jornada de trabalho sem redução salarial; o fim da escala 6 x 1; a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxaço dos super-ricos, pautas que ganham força nas ruas e nas redes sociais entre trabalhadores.** [Leia aqui a íntegra do documento.](#)

Além dos presidentes das centrais sindicais, participaram da agenda em Brasília o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin; a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da

Presidência da República, Gleisi Hoffmann; o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo; e o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

A entrega da pauta unificada foi o ponto culminante da mobilização realizada nesta terça-feira (29), que reuniu milhares de trabalhadoras e trabalhadores de todas as regiões do país. Organizados pela CUT, demais centrais e entidades sindicais filiadas — entre confederações, federações e sindicatos —, os participantes iniciaram o dia na Plenária da Classe Trabalhadora e, em seguida, ocuparam a Esplanada dos Ministérios em marcha até o Palácio do Planalto.



Ministro Luiz Marinho (Trabalho e Emprego) se reúne com centrais sindicais e reforça convite para a Semana do Trabalho



O ministro Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência, participou, nesta terça, da Plenária da Classe Trabalhadora, em Brasília

Reivindicações unificadas e compromisso com o povo

Durante a manhã, a plenária nacional realizada pelas Centrais em Brasília definiu os eixos principais da pauta: a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o fim da escala 6x1, a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxação dos super-ricos. Essas propostas foram entregues ao presidente Lula no fim da tarde, em encontro no Palácio do Planalto que também contou com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin

e dos ministros Márcio Macêdo (Secretaria-Geral), Luiz Marinho (Trabalho), entre outros.

“Nenhum direito que a classe trabalhadora tem caiu do céu. Foi com muita mobilização e luta. Precisamos reeleger o nosso presidente Lula, que é o grande pai da classe trabalhadora no Brasil”, disse Sérgio Nobre, presidente nacional da CUT, ao reafirmar que a luta sindical está diretamente conectada ao projeto democrático e popular encabeçado pelo governo.

O ministro Márcio Macêdo destacou que o governo federal está afinado com as centrais.

“A isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil foi proposta dos trabalhadores que o presidente Lula encampou, assim como a valorização do salário mínimo, do serviço público e da redução da jornada. Estamos do mesmo lado da história”, declarou.

Luiz Marinho reforçou a centralidade do debate sobre distribuição de renda e geração de empregos. “A menor taxa de desemprego da nossa história foi alcançada, mas é preciso continuar crescendo, com mais empregos e salários. A mobilização dos trabalhadores é fundamental para isso”, afirmou.

Protagonismo social, político e de gênero

O ato também reforçou o papel da luta popular nas ruas e da pressão sobre o Congresso Nacional. As centrais anunciaram a construção de um plebiscito nacional para que a população opine sobre três temas: a redução da jornada de trabalho sem corte de salários, o fim da escala 6x1 e a justiça tributária. “É a largada de um processo nacional de escuta e mobilização”, afirmou Milton dos Santos Rezende, o Miltinho, da CUT.

A luta das mulheres trabalhadoras teve destaque. Amanda Corcino, da secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT, enfatizou que a redução da jornada tem impacto direto sobre as mulheres, que acumulam trabalho formal e o cuidado com o lar. “É mais tempo para cuidar de si, militar e trazer mais mulheres para a política”, disse. Nilza Pereira, da Intersindical, reforçou que a pauta do cuidado precisa ser incorporada como direito trabalhista e humano.

Outro ponto relevante foi o chamado à justiça ambiental. A pauta entregue a Lula também inclui a formulação de uma Política

Nacional de Transição Justa, com desenvolvimento socioambiental e enfrentamento às mudanças climáticas.

A deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG) qualificou a luta contra a escala 6x1 como abolicionista. “Há pouco mais de 100 anos, a escravidão era formal. Hoje, querem manter uma lógica de exploração. Estamos aqui para dizer: chega!”, disse. Ela cobrou o relator do projeto de isenção do IR, deputado Arthur Lira (PP-AL), pela tramitação do texto enviado por Lula ao Congresso: “São 140 mil bilionários pagando mais impostos para beneficiar 10 milhões de trabalhadores.”

Presença política reforça articulação entre partido e movimento

O presidente nacional do PT, senador Humberto Costa (PE), também esteve presente na marcha e fez questão de frisar o papel do partido como parte integrante dessa luta. “Vimos o Brasil crescer além das previsões. O PIB sobe, a renda dos mais pobres aumenta, e a desigualdade recua. Isso é fruto da política de valorização do trabalho e do salário mínimo”, declarou. O senador defendeu com ênfase as pautas da jornada e da justiça fiscal e conclamou a esquerda a cerrar fileiras no Congresso e nas ruas.

O encerramento da mobilização com a entrega da pauta aos chefes dos Três Poderes marca um novo momento de articulação entre trabalhadores organizados, lideranças políticas e o governo federal. Com sintonia nas propostas e disposição para o diálogo, a Marcha da Classe Trabalhadora mostrou que a mobilização é permanente e que os próximos passos serão decisivos para transformar as reivindicações em conquistas concretas. ■



Tânia Rego_Agência Brasil

Destaque nas redes e no Congresso, redução da jornada de trabalho é pauta do 1º de maio

Na reivindicação dos trabalhadores neste ano, a redução das horas e o fim da escala 6x1 são temas centrais em uma marcha em Brasília com a entrega de documento a Lula

Claudia Rocha

Uma pesquisa divulgada na semana passada pelo Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro, em parceria com o Observatório do Estado Social Brasileiro, apontou que 92% dos trabalhadores que vivem sob a escala 6x1 são favoráveis ao

fim deste tipo de jornada.

O regime, que prevê seis dias de trabalho ininterruptos e apenas uma folga na semana, muitas vezes fora do final de semana, é acompanhado de baixos salários, predominante em áreas do comércio e serviços, e é tido com um fator que impossibilita qualquer tipo de conciliação entre vida profissional e vida pessoal.

Dos 3.700 participantes ouvidos em 400 municípios de todos os estados brasileiros, 21% recebe

um salário mínimo e 46% ganha até R\$ 2.120. Dentre os entrevistados, a taxa de profissionais solteiros é de 61%.

Rafael*, 32 anos, trabalha na escala 6x1 e tem folgas às segundas-feiras, e em apenas um domingo por mês. Ele trabalha das 11h às 19h30 em um restaurante na Avenida Paulista, em São Paulo. Sua jornada como garçom, além de ser cansativa por ficar em pé no atendimento aos clientes no salão, se torna desgastante ao acrescentar as horas que gasta no transporte público.

Morador de Guarulhos, na grande São Paulo, são pelo menos três horas gastas em deslocamento por dia, o que resulta em, no mínimo, 12 horas fora de casa e longe da possibilidade de descanso ou de momentos de qualidade com a família e amigos. Saindo de casa perto das 9h e retornando por volta de 22h.

O tempo que sobra, às segundas-feiras, é utilizado para resolver questões práticas como ir ao mercado e acompanhar sua mãe ao médico. “Quando não há nenhuma pendência a ser resolvida, tudo o que eu faço é dormir o máximo que eu posso, de tão exaustivo”, desabafa. Ele conta que não tem mais encontros com amigos e com parte da família, com quem costuma conversar somente por rede social quando sobra tempo e energia.

Além disso, o profissional comenta os danos que já sente fisicamente e psicologicamente. “Na semana passada, travei a coluna. Acordei de manhã sem conseguir me mover e tive que procurar atendimento médico. Do ponto de vista da saúde mental, o que posso dizer é que a gestão é feita com muita cobrança diária, cada dia mais, a pressão é constante”, diz.

No ano passado, a pauta teve grande alcance nas redes sociais e culminou, em fevereiro deste ano, na apresentação de um projeto de lei pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP). As dificuldades desse modelo de trabalho começaram a

ser debatidas a partir da reivindicação do VAT - Vida Além do Trabalho, movimento encabeçado por Rick Azevedo, eleito vereador por PSOL no Rio de Janeiro.

Apesar do recente boom nas plataformas, a diminuição da jornada de trabalho é uma bandeira histórica do movimento sindical. Em 1985, a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, foi protagonista na consolidação da jornada de 44 horas semanais, frente às 48 horas permitidas à época. Dos

**92% dos
trabalhadores
em escala 6x1
apoiam fim
desse regime,
revela pesquisa**

anos 80 até agora, o assunto segue em pauta e terá destaque na edição deste ano dos atos de 1º de maio.

PEC das 36 horas semanais

No Congresso, já foram apresentados diferentes projetos, nas duas casas, com o teor no sentido de atender às reivindicações da sociedade pela diminuição das horas de trabalho. Um deles, via Proposta de Emenda à Constitui-

ção, de 2019, é de autoria do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG).

A PEC 221/19, que chegou à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, pretende estabelecer uma jornada de trabalho de 36 horas, com um período de transição de 10 anos.

Segundo Lopes, essa é uma vantagem do projeto. “É um dos pontos de maior convergência com o setor empresarial. A proposta prevê justamente uma transição responsável, com planejamento, segurança jurídica e adaptação. Não se trata de impor uma mudança abrupta, mas de construir um novo modelo de trabalho mais moderno e sustentável”, explica o deputado mineiro.

A redução da jornada de trabalho, com a adoção da escala 4x3, é considerada uma tendência global, com alguns países europeus já operando no sistema e outros em fase de testes. Enquanto isso, no Brasil, o debate parece estar ainda distante da compreensão dos grandes empregadores.

Recentemente, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, a Fiemg, soltou um levantamento que aponta que o fim da escala 6x1 poderia impactar em 16% o PIB do país, além de gerar desemprego e queda na massa salarial.

O dado foi amplamente debatido por especialistas, como a diretora-técnica do Dieese, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Adriana Marcolino, que afirmou em uma entrevista à CUT: “se a gente mantém os salários, o consumo também se mantém, então, será preciso contratar mais trabalhadores e, consequentemente, os empregos serão ampliados por conta da redução da jornada de trabalho”.

Autor da PEC 221/19, o deputado Reginaldo Lopes também contesta a tese apresentada pela Fiemg. “A previsão de retração do PIB e fechamento de postos de trabalho parte de um cenário extre-



mo, que desconsidera o potencial de geração de novos empregos com a reorganização das jornadas. Os países que reduziram sem cortar salários, como Alemanha e Coreia do Sul, colheram resultados positivos por combinarem a mudança com inovação, qualificação profissional e reorganização produtiva”, afirma Lopes.

Apesar das reivindicações mais diretas nas redes sociais, este tipo de assunto, que é complexo, precisa de diálogo para amadurecer, em especial em um ambiente como a Câmara dos Deputados.

“O debate tem evoluído, estamos tratando esse tema com responsabilidade e base em evidências. Quando deixamos de lado os rótulos ideológicos e apresentamos dados, como o número de trabalhadores em sobrejornada, os afastamentos por problemas de saúde mental, e os modelos internacionais bem-sucedidos, o diálogo se qualifica”, comenta o deputado.

Para o parlamentar, o assunto

Garçom relata exaustão: “12 horas fora de casa, tempo só para dormir”

requer paciência e estratégia para avançar. Reginaldo Lopes aponta como caminho um trabalho em sintonia com a deputada Erika Hilton, em uma construção coletiva para ampliar a força política do tema.

“Nosso esforço tem sido o de articular as duas propostas de forma coordenada, fortalecen-

do a base técnica, promovendo o diálogo com o setor produtivo e ampliando o apoio suprapartidário. A redução da jornada não é uma pauta isolada, ela faz parte de um projeto de país que integra desenvolvimento econômico, justiça fiscal, avanço tecnológico e melhoria da qualidade de vida”, aponta Lopes.

Eventos em Brasília

Nesta terça-feira (29), centrais sindicais e movimentos populares participaram de uma marcha com concentração no Teatro Nacional em direção ao Congresso, onde a pauta dos trabalhadores será entregue na Câmara e no Senado. Em seguida, os presidentes da CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST foram recebidos pelo presidente Lula (leia mais aqui).

Além da caminhada em Brasília e dos atos espalhados pelo país, uma audiência pública também faz parte da agenda de lutas do movimento e será realizada na terça-feira à noite, na Câmara dos Deputados. “É uma dentre várias audiências que estamos organizando para apoiar os deputados e os projetos que debatem o tema e estão parados na comissão”, comenta Loricardo de Oliveira, que é da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, a CNM, filiada à CUT.

Intitulada “Redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e pelo fim da escala 6x1”, a audiência apoia os dois projetos: a PEC 221/19 (com autoria de Reginaldo Lopes) e a PEC 8/25, da deputada Erika Hilton.

“Desde a época da jornada de 48 horas que a CUT luta por essa causa. A nossa pauta é dizer que ‘a vida não é só trabalho’, mas é também lazer, família, tempo para viver uma vida melhor. E isso atinge também os trabalhadores informais. O desafio é o da consciência de classe, é sobre desmistificar que isso fecha empresas, esse é o debate que queremos fazer”, diz o sindicalista. ■



Assembleia da Greve em São Bernardo do Campo em 1980

A greve geral de 1980 e a luta pela liberdade de Lula

Presidente e outros 12 líderes sindicais foram presos por participarem dos atos nos primeiros meses daquele ano

Henrique Nunes

Logo após ser fundado, em fevereiro de 1980, numa iniciativa que reuniu representantes de diversas categorias, da sociedade civil e da classe artística, o Partido dos Trabalhadores já encampava uma das maiores lutas por direitos em plena ditadura militar.

Em março daquele ano, com a legenda cada vez mais organizada e ainda tentando buscar o seu registro junto ao Tribunal Superior

Eleitoral, a primeira greve geral em 19 anos seria convocada. Entre as pautas, estavam a campanha salarial, o fim do arrocho, a reconquista de direitos civis, além de temas relacionados à reforma agrária.

Uma assembleia declarou a greve sem necessidade de piquetes, ou seja, sem impedir a entrada dos demais colegas nas fábricas. A paralisação se estendeu por todo o ABC e por mais 17 cidades do interior de São Paulo.

O governo do general Figueiredo não aceitou a situação e se sobrepôs ao governador Paulo Maluf e à Fiesp, impondo uma in-

tervenção em São Paulo.

A ação de repressão contou com 8 mil soldados, 40 viaturas e 3 helicópteros do Exército, que faziam frequentes voos rasantes sobre as assembleias. O Tribunal Regional do Trabalho, pressionado pelo governo federal, decretou, de forma arbitrária e contrária aos anseios do povo, a ilegalidade da greve.

O Partido dos Trabalhadores denunciou em nota oficial, após o julgamento à revelia, as verdadeiras razões da condenação dos líderes metalúrgicos e de seu presidente nacional, Luiz Inácio da Silva. E afirmou que “a melhor

D.F.S.P. INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICACAO		SERIE		ANO DO NASCIMENTO	
145689		L.N.I. NOME		80	
SIGLA ESTADUAL 1-2 SP		REG. ESTADUAL 3-5		I.N.I. N.º 19-25	
NOME		LUIZ INACIO DA SILVA		80	
PAI		Aristides Inacio da		OS NOMES	
DATA DO NASC.		NACIONALIDADE		COR	
06.10.45		brasileira		branca	
26-28		29		30-31	
NASCIMENTO-PE		SEXO		ALTURA	
22		maso.		1.65	
PROFISSAO		INDUSTRIARIO			
DOPS		80			
No 12712		Ferreira de Melo			

Fotografia oficial e prontuário preenchido por Lula quando preso no Dops de São Paulo, em abril de 1980.



Cartaz da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de 1983

resposta às ameaças e violências continua a ser a organização dos trabalhadores, sua mobilização e arregimentação, a unidade de ação de todas as forças em torno da luta contra a política econômica em curso e por uma democracia vinculada aos interesses populares”.

Lula preso, a greve continua

Até que, em 19 de abril, Lula e outros 12 sindicalistas seriam levados pelos agentes do golpe, justamente por estarem à frente das greves que aconteciam no país.

Um cartaz espalhado pelas manifestações dias depois deixa-

va claro qual seria a postura dos trabalhadores: “Com ou sem Lula, a greve continua”. E ela, de fato, continuou.

Segundo documentos obtidos pelo Centro de Documentação e Memória Política Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo (CSBH/FPA), e pelo site Memórias da Ditadura, no final de abril a paralisação já atingia 90% dos trabalhadores em São Bernardo. “Furar a greve é trair Lula e os outros companheiros presos”, diziam os manifestantes.

Àquela altura, a greve se tornava um confronto da classe operária contra a ditadura, com o apoio de lideranças religiosas, como o bispo de Santo André, dom Cláu-

dio Hummes. Diversos políticos ligados ao campo progressista também se uniam aos grevistas.

No 1º de Maio de 1980, há 45 anos, mais de 100 mil pessoas saíram às ruas de São Bernardo do Campo, furando o bloqueio policial. Mas, após 41 dias, pressionada pelas retaliações, cortes de salários e uma série de outros ataques, a greve não tinha mais como se sustentar.

No dia 12 de maio, Lula conseguiria deixar a prisão para o velório da mãe, dona Lindu. Centenas de trabalhadores e trabalhadoras pediam sua liberdade durante a cerimônia, mas o clima já era de desmobilização diante da enorme pressão do governo militar.

Ainda assim, o movimento colaborou para que, no dia 19 de maio, Lula e seus companheiros conseguissem o alvará de soltura emitido pelo governo de João Figueiredo, dando início a uma nova fase da luta sindical no país. “Se eu tiver de ser preso pelos mesmos motivos, por representar os anseios da minha categoria, eles podem me prender mais 500 vezes”, disse em entrevista na época a Ricardo Kotscho.

Lula foi liberado do Dops por volta das 20h do dia seguinte. O juiz Nelson da Silva Machado Guimarães considerou que não era mais necessário manter a prisão dos sindicalistas depois do fim da greve. “A ordem pública não se acha mais perturbada”, afirmou o magistrado no despacho.

Seus efeitos, no entanto, reverberam até hoje. “As greves do movimento operário haviam produzido uma vitória política irreversível: a mudança do cenário político nacional, já que as forças de oposição cresceram e a ditadura ficou sem condições de levar adiante seu projeto de institucionalização do regime. As eleições de 1982, com importantes vitórias da oposição, já refletiram essa nova correlação de forças”, define nota do site Memórias da Ditadura. ■



Representantes das instituições responsáveis pela chamada pública — BNDES e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas e a Funai — apresentaram a iniciativa ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 11 de abril

Governo federal investe R\$ 340 milhões em segurança alimentar e restauração de terras indígenas

Chamada pública selecionará projetos de restauração ecológica de 137 terras indígenas em território crítico de desmatamento, do leste do Maranhão ao Acre

Rose Silva

O Ministério Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) anunciou em abril a liberação da primeira etapa de recursos de R\$ 190 milhões para os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) Indígena, Cisternas, Fomento Rural e para a aquisição

de veículos e equipamentos para fortalecer a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Dados relacionados à segurança alimentar e nutricional mostram que os indígenas são uma das populações mais vulneráveis, o que os coloca em uma insegurança alimentar muito grave. De acordo com a secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Lilian dos Santos Rahal, em 2023 a atuação do MDS se restringia praticamente à doa-

ção de cestas básicas.

Desde que o governo Lula assumiu, a Secretaria focaliza parte de suas ações no atendimento específico dos povos originários por meio de vários programas. “O MDS criou um grupo de trabalho intersecretarial que envolve todas as áreas e dialoga permanente para trabalhar a questão indígena. O próprio programa Bolsa Família passou por uma adequação voltada às especificidades dessa a população”, afirmou.



De acordo com a secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Lilian dos Santos Rahal, em 2023 a atuação do MDS se restringia praticamente à doação de cestas básicas

A primeira ação da Secretaria em 2023 foi o Programa de Aquisição de Alimentos Indígena, PAA Indígena, aplicado junto com estados e municípios.

“Decidimos aplicar em conjunto com os estados porque o objetivo não é apenas fomentar a melhoria da alimentação das populações, a retomada dos roçados e a produção de alimentos por parte dos grupos indígenas, mas fazer que eles ganhem visibilidade junto aos governos estaduais e passem a ser focos prioritários de outras políticas. A ideia é dotar o Estado brasileiro, quer dizer, governo federal, governos estaduais e municipais, para que sejam capazes de trabalhar com a população indígena, e não apenas órgãos específicos”, explica Lilian.

Ela cita como exemplo a parceria com o Mato Grosso do Sul, onde o governo federal promoveu uma flexibilização para que os indígenas tenham acesso ao programa apresentando como documento de habilitação apenas o cadastro único com a marcação

**Maior projeto
de restauração
ecológica da
história: R\$
150 milhões
para 137 terras
indígenas**

específica de indígena. O documento de entrada, na regra geral, é o cartão do agricultor familiar.

Também foi criada a possibili-

dade de comprar o alimento diretamente de produtores indígenas e doá-los no próprio território, para que os beneficiários do programa vendam sua produção e entreguem alimentos nas escolas e unidades de saúde próximas. “Com isso, temos trabalhado o resgate dos roçados, da produção e principalmente dos hábitos alimentares dessas comunidades”, afirma.

A Secretaria também atua em parceria com os estados no programa de Fomento Rural, para que as comunidades indígenas possam retomar a sua produção e vendê-la ao governo. E investiu na aquisição de veículos necessários ao transporte desses alimentos. No Amazonas, a atuação é focada na população Yanomami, por meio dos programas de Fomento Rural, Cisternas e de alguns sistemas de captação e tratamento de água. O programa de Fomento Rural acaba também de entrar no Amapá, com atendimento de cerca de quatrocentas famílias da região do Iapoque que tiveram toda



Abril Indígena: Governo Federal lança chamada pública de R\$ 150 milhões para restauração ecológica de terras indígenas

a produção de mandioca dizimada por uma praga.

Chamada pública

O governo federal também lançou, em abril, uma chamada pública de R\$ 150 milhões, em recursos do Fundo Amazônia, para restauração ecológica de cerca de 137 terras indígenas. É o maior projeto desse tipo da história do Brasil, e alcança a região do projeto Arco da Restauração, território crítico de desmatamento, que vai do leste do Maranhão ao Acre.

Para a deputada federal Juliana Cardoso (PT-SP), a chamada pública vem em um momento muito importante, quando colocamos em pauta a necessidade da demarcação de terras e o avanço da crise ambiental e climática. “O foco nos sistemas agroflorestais e no reflorestamento com espécies nativas é efetivo para combater a crise. E também para articular nos territórios a recuperação daquilo que o homem vem matando com veneno, mineração e destruição da fauna e flora”, afirma.

Ela avalia ainda que a parceria entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, Ministério

**R\$ 190 milhões
para segurança
alimentar
indígena: PAA,
Cisternas e
Fomento Rural**

dos Povos Indígenas e Fundação Nacional dos Povos Indígenas é uma organização de todos os espaços do Executivo que trabalham sobre a pauta com o objetivo de promover a recuperação ambiental com geração de renda e segurança alimentar.

Seleção

Serão selecionados até 90 projetos de 50 a 200 hectares, com valores estimados entre R\$ 1,5 milhão e R\$ 9 milhões e com participação obrigatória de indígenas. Os projetos devem estar alinhados com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e com os planos de gestão dos territórios indígenas, e deverão observar os normativos da Funai.

Os estados beneficiados são Acre, Amazonas e Rondônia, na macrorregião 1; Mato Grosso e Tocantins, na macrorregião 2; e Pará e Maranhão, na macrorregião 3. Cada macrorregião vai receber cerca de R\$ 46 milhões, além dos recursos que serão repassados aos três parceiros gestores já selecionados para cada área: Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) e Conservation International do Brasil, respectivamente. As inscrições das propostas permanecem abertas até o dia 19 de julho e serão selecionadas por uma comissão formada por representantes do MMA, BNDES, MPI e Funai. ■



Moda a qualquer custo: setor explora 8 milhões de trabalhadores e ameaça o clima, alertam cientistas

Enquanto você lê esta matéria, 3 toneladas de roupas foram descartadas no mundo. O planeta aguenta esse ritmo?

Fernanda Estima

Para estar na moda hoje é preciso questionar. Não apenas preços e valores ou imposições de beleza, mas principalmente a gigantesca cadeia de produção da moda no mundo. Chique mesmo, no século 21, é saber de onde vem a roupa que se veste, como foi produzida, quais impactos causa à sociedade e quem a produz.

Uma pesquisa rápida revela que a indústria da moda mundial movimenta mais de 2,5 trilhões de dólares anuais e emprega cerca de 8 milhões de pessoas na cadeia têxtil e de confecção, incluindo trabalhadores diretos e indiretos. Trata-se de um sistema complexo que envolve desde a produção de matérias-primas até o varejo.

Os resultados considerados excelentes - vendas extraordinárias e diárias de marcas de fast fashion - escondem a exploração de mão de obra majoritariamente

feminina e a contaminação do meio ambiente. Será que as pessoas sabem que o algodão daquela calça jeans esquecida no armário pode vir de lavouras do Nordeste que intoxicam trabalhadores rurais e poluem rios com agrotóxicos contrabandeados?

E os milhões de litros de água potável utilizados para produzir um jeans? E as condições de trabalho das costureiras espalhadas pelo mundo? Em 24 de abril de 2013, o mundo conheceu a cruel realidade da indústria fashion



Trabalhadoras da Indústria “fast fashion” em fábrica na Índia



A tragédia que mudou a indústria da moda: colapso do prédio onde ficava a fábrica Rana Plaza, em Bangladesh deixou mais de mil mortos

com o desabamento do Rana Plaza em Bangladesh, que matou 1.134 pessoas e deixou milhares de feridos.

A Semana Fashion Revolution surgiu como resposta, reunindo o maior movimento de moda ativista do mundo. Com o tema “Pense Global, Aja Local: quem é o Brasil na Revolução da Moda?”, a iniciativa busca mapear problemas e soluções para uma moda mais justa e ecológica.

Segundo as organizadoras, o objetivo é “questionar as práticas convencionais da indústria e impulsionar mudanças em direção a um modelo mais justo, seguro e ecologicamente responsável”. A

moda está intrinsecamente ligada ao mundo do trabalho e à sustentabilidade do planeta.

Esforços mínimos importam

Mercedes Bustamante, bióloga da Universidade de Brasília, alerta: “Cada tonelada de carbono importa. Ainda que pareçam esforços mínimos, eles são importantes. Sem ação climática ambiciosa, o desenvolvimento sustentável não será alcançado”. A boa notícia é que já existem tecnologias para reduzir as emissões pela metade até 2030 - o desafio é político e financeiro.

As previsões científicas indi-

cam que em cinco anos os efeitos das mudanças climáticas - enchentes, secas, inundações - serão ainda mais intensos. Não há atalhos: a solução exige políticas públicas, tecnologia, financiamento e ações individuais. A moda circular prova que é possível consumir com consciência, lembrando que as roupas já produzidas poderiam vestir toda a humanidade.

Os cinco erres nunca foram tão necessários: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar. Virar essa chave depende tanto de ações de Estado quanto de escolhas cotidianas. Afinal, o verdadeiro estilo está em vestir valores que preservam vidas e o planeta. ■

Moda e Sustentabilidade



Repensar:

Considerar se realmente é necessário o produto ou serviço, avaliando o impacto ambiental de sua produção e uso.



Recusar:

Refletir e recusar produtos e serviços desnecessários, ou aqueles com embalagens excessivas ou com grande impacto ambiental.



Reduzir:

Buscar maneiras de reduzir o consumo e a produção de resíduos, como optar por produtos duráveis, evitar o desperdício e usar as coisas ao máximo.



Reutilizar:

Buscar alternativas para reutilizar itens que seriam descartados, como dar uma nova função a embalagens, objetos, roupas, etc.



Reciclar:

Descartar os resíduos de forma correta para que possam ser processados e transformados em novos produtos, evitando a poluição e o desperdício de recursos.

Tamanho e Valores



A **indústria da moda** gera um **faturamento anual** estimado em **2,5 trilhões de dólares**.



A **produção anual** de vestuário no Brasil, por exemplo, foi de **5,6 bilhões de peças em 2022**.



O **valor da produção de vestuário no Brasil** teve um **aumento de 9,5%** em valores nominais **entre 2017 e 2022**, passando de **R\$ 137,2 bilhões para R\$ 150,3 bilhões**.

Empregos



* A cadeia têxtil e de confecção emprega cerca de **1,3 milhão de trabalhadores formais**, com **60%** da mão de obra sendo **feminina**.

* Ao incluir os **trabalhadores indiretos** e o **efeito renda**, a estimativa é de **8 milhões de empregos**.

* Em 2019, a cadeia têxtil e de confecção no Brasil **empregou mais de 1 milhão e meio diretamente** e mais de **8 milhões indiretamente**.

Cadeia Produtiva



A cadeia produtiva da moda engloba desde a produção de matérias-primas (como o algodão) até a indústria têxtil e de confecção, passando pela criação de produtos, distribuição e varejo.



A cadeia é caracterizada pela heterogeneidade em relação ao porte das empresas, incluindo grandes empresas integradas e pequenas empresas confeccionistas.



O Brasil é um país produtor e consumidor, com a maior parte da produção sendo destinada ao mercado interno, embora o país também importe e exporte produtos têxteis.



A China é o maior exportador mundial de produtos têxteis (excluindo algodão), seguida pela Índia e Turquia.



Manifestantes do MST em confronto com a polícia

Chacinas e Conflitos Agrários: o Estado que autoriza a barbárie

Pesquisa expõe como violência no campo brasileiro se disfarça de “tragédias isoladas” enquanto perpetua o extermínio de negros, quilombolas e sem-terra

Barbara Martins Alves dos Santos

Dois massacres ocorridos em 2017 – um no Pará, outro na Bahia – colocam todo o campo progressista diante de um imenso desafio histórico: como superar a violência estrutural que caracteriza o padrão de atuação das elites? É disso que trata o novo volume da coleção Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil, lançado pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com a Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas,

um chamado à reflexão coletiva para soluções concretas.

O caderno Chacinas e conflitos agrários: os casos de Pau D’Arco e do Quilombo de Iúna revela como a violência do latifúndio no país se reinventa. Diante da nova configuração, ela ressurge associada à especulação fundiária, às burocracias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), à militarização das disputas por terra e ao discurso da guerra às drogas. As chacinas se envolvem em uma engrenagem sistemática que se perpetua sob o rótulo de tragédias anunciadas.

Em Pau D’Arco, dez trabalhadores rurais sem terra foram execu-

tados por agentes civis e militares durante uma operação que alegava o cumprimento de mandados judiciais. Uma semana depois, a única testemunha foi assassinada. Nenhum mandante foi identificado e os policiais seguem em liberdade, reforçando um padrão já documentado em outras chacinas ocorridas no campo brasileiro. Em Iúna, território quilombola na Chapada Diamantina, seis pessoas foram mortas em meio à tensão provocada pela divulgação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) pelo Incra. A versão oficial – envolvimento com o tráfico – foi desmentida por familiares, lideranças e orga-



Conflitos no campo foram recorde em 2023, mas área em disputa diminuiu

nizações, que apontaram para o racismo estrutural que permeia o tratamento dado às comunidades quilombolas .

Entre 2011 e 2022, a pesquisa identificou 929 casos de chacinas em todo o Brasil, dos quais ao menos 101 ocorreram em áreas rurais. Dessas, apenas 13 foram reconhecidas oficialmente como motivadas por conflitos agrários. O número real, no entanto, é consideravelmente maior, uma vez que a cobertura midiática frequentemente atribui os casos a outras causas – tráfico, vingança ou latrocínio – ignorando as disputas territoriais subjacentes .

A análise revela ainda a invisibilização estatística da violência racial no campo: na maioria dos casos, a raça das vítimas nem sequer foi mencionada pelas reportagens. Quando possível, entretanto, os dados confirmam que a maioria dos mortos são pessoas negras, pobres e ligadas a ocupações precárias, como o trabalho rural informal, reforçando o que relatórios dos movimentos sociais já indicaram. O perfil se repete entre lideranças comunitárias e defensoras de direitos humanos,

especialmente em territórios quilombolas ou em processo de regularização fundiária .

Os relatos colhidos pela equipe de pesquisa demonstram como o Estado brasileiro atua em múltiplas camadas para inviabilizar o acesso à terra: desde a omissão institucional do Incra e a morosidade judicial, até a execução de ações policiais armadas que resultam em massacres. Em Iúna, a regularização fundiária provocou a entrada de grileiros, especuladores e até redes do tráfico, gerando um ambiente de terror e abandono. Após a chacina, duas em cada três famílias abandonaram o território. As festas comunitárias cessaram. As escolas fecharam. E lideranças foram perseguidas e ameaçadas .

A pesquisa identifica ainda a presença de “pistoleiros” contratados para “limpar a área” – expressão frequentemente usada para justificar execuções em nome de interesses latifundiários. Em 43% das chacinas ocorridas em áreas rurais, as mortes foram praticadas por grupos organizados com planejamento prévio. Em Pau D’Arco, dos 17 policiais

envolvidos, 13 chegaram a ser presos, mas nenhum foi condenado até hoje .

O estudo sugere que os conflitos agrários no Brasil não são falhas eventuais do sistema democrático, mas sua perversão rotineira. A ausência de reforma agrária, a titulação de territórios tradicionais e o combate à grilagem seguem sendo dívidas históricas com populações indígenas, quilombolas e camponesas. Essa omissão, como aponta o caderno, tem cor, território e classe social. Como lembrou uma liderança de Iúna: “a chacina não foi surpresa, foi só a parte visível do que já vivíamos há anos”.

Por isso é importante fortalecer institucionalmente as políticas de reforma agrária, demarcação de terras indígenas e titulação de terras quilombolas, especialmente para o suporte e proteção das associações e suas lideranças. Com acerto, o governo Lula avançou neste processo quanto ao Quilombo de Iúna, com a sua titularização em novembro de 2024. Contudo, precisamos sempre estar atentos e não permitir que estes eventos de extrema violência colonial ocorram. ■



Crédito do Trabalhador reduz dívidas por empréstimos consignados e CDC

Trabalhadores com empréstimos podem trocar a dívida por outra com juros mais baixos, por até 120 dias. A troca pode ser feita direto pelo site ou app do banco

Agência PT

Trabalhadores que pagam mensalidades de empréstimos consignados ou de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) têm agora uma nova oportunidade para aliviar suas finanças. Desde

sexta-feira (25), o Programa Crédito do Trabalhador permite a troca dessas dívidas por operações com taxas de juros mais baixas.

Os interessados na redução dos juros devem procurar até julho o banco onde o empréstimo original foi contratado para solicitar a troca. As 70 instituições financeiras habilitadas no programa já podem oferecer a migração

por meio de seus canais eletrônicos. Todos os processos serão gerenciados pelo sistema Dataprev, com monitoramento diário do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre as taxas e o perfil dos tomadores.

O governo espera transferir parte significativa dos R\$ 120 bilhões em empréstimos consignados e CDCs para o Crédito do Trabalhador. “O CDC tem hoje taxa muito alta, e a troca permitirá reduzir à metade o valor da dívida”, afirmou o ministro Luiz Marinho. Segundo ele, a redução das taxas é obrigatória conforme Medida Provisória.

A partir de junho, será possível transferir o empréstimo para outras instituições com condições mais vantajosas. “Os bancos poderão perder clientes se não oferecerem juros competitivos”, destacou Marinho.

Como funciona a troca:

- O trabalhador contrata novo empréstimo pelo Crédito do Trabalhador
- O valor quita a dívida anterior
- Se houver margem disponível, pode solicitar crédito adicional

A medida vale por 120 dias (até 21 de julho) e também permite usar o crédito para quitar dívidas de cartão ou cheque especial. Para negativados, é necessário regularizar a situação antes.

Até quinta-feira (24), foram liberados mais de R\$ 8,2 bilhões em empréstimos consignados privados. São 1.510.542 contratos que beneficiam 1.478.711 trabalhadores. O valor médio por contrato é de R\$ 5.491,66, com uma média de 16 parcelas e prestação média de R\$ 335,51. Os estados com o maior número de contratações são São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. ■



O Boletim Focus e o viés financeiro: quando as expectativas criam a realidade

Odilon Guedes

O boletim Focus é um tema de grande relevância para o debate econômico com o homem em nosso país. No artigo abaixo, vamos discorrer sobre as questões que são consideradas essenciais sobre esse boletim.

Nesse sentido, o conselho elaborou o documento intitulado 'O Boletim Focus e o Viés Financeiro: Quando as Expectativas Criam a Realidade'.

O Boletim Focus é uma publicação semanal divulgada pelo Banco Central do Brasil (BCB) e representa o resumo da mediana das projeções do “mercado” para os principais indicadores econômicos do país. Trata-se de uma compilação de dados sobre a economia, com estimativas de cerca de 160 respondentes, normalmente instituições financeiras e consultorias econômicas. Ele repercute de forma contundente nas decisões dos agentes econômicos, para além do próprio mercado financeiro. A relevância do Focus é imensa, consideran-

do seu impacto nas deliberações da própria autoridade monetária sobre a política de fixação da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 14,25% ao ano.

Os fundamentos para a criação do Boletim Focus são diversos. Dentre eles, destacam-se o alinhamento das expectativas com os objetivos da política econômica e a redução da assimetria de informações. Todavia, pouco se debate sobre o que o Focus não é, embora pareça ser. Em primeiro lugar, ele não expressa a opinião do BCB como muitos empresários e parte significativa do público em geral

são levados a crer, apenas é tabulado e divulgado por ele. O levantamento explicita exclusivamente a percepção das instituições participantes.

Em segundo lugar, o Focus carrega o viés de interesse dos respondentes, majoritariamente instituições financeiras, que objetivam maximizar seus retornos, como por meio de aplicações com taxa de juros altas e baixo risco. Ressalte-se que os Títulos Públicos estão entre os principais destinos das aplicações dessas instituições financeiras e que, além terem o menor risco do mercado brasileiro e elevada liquidez possuem suas remunerações atreladas à taxa Selic. Logo, as pressões por mais aumentos da já elevada taxa Selic, a partir das expectativas tabuladas no Boletim Focus, por si só, já denotam um conflito de interesses. Nesse ponto, ciente dessa implicação, o BCB, por meio da divulgação do Focus – Top 5, busca dar destaque às instituições com projeções mais próximas dos resultados efetivos posteriormente apurados. Entretanto, isso é insuficiente para mitigar o viés de interesse, pois o critério está atrelado apenas aos acertos. Não se sabe quais instituições mais erraram, embora continuem influenciando as medianas e, portanto, os resultados do boletim.

Em terceiro lugar, os agentes econômicos têm sido levados a erros de interpretação e direcionamento de suas decisões devido aos recorrentes deslizamentos nas projeções do Focus. Considerando o primeiro e o último Relatório Focus divulgados em 2024, as estimativas variaram de 3,9% para 4,9% no IPCA; de 1,59% para 3,49% no PIB; de R\$ 5,00 para R\$ 6,00 no dólar; e de 9% a.a. para 11,75% a.a. na Selic. A variação entre um relatório e outro indica expressivos desacertos nas previsões.

Provavelmente, parte desses erros é influenciada pelo que Ar-

thur Schopenhauer chamou de “perversão de nossa vontade”, em seu livro *A arte de ter razão*. Em outras palavras, as estimativas do mercado revelam mais os desejos do que projeções fundamentadas sobre o que realmente se acredita que ocorrerá. Há um incentivo intrínseco, quase sem risco, de grande parte dos respondentes em superestimar a inflação, com o objetivo de pressionar pela manutenção de elevada taxa Selic e, conseqüentemente, assegurar juros reais mais elevados na economia brasileira e garantir alta rentabilidade nas suas operações financeiras e nos seus fundos administrados.

Como está hoje, o Focus impacta as expectativas de forma positiva e negativa, mas sempre com o viés interpretativo do mercado financeiro, que tem uma presença exagerada na composição da amostra. Empresários que investiriam na economia real tornam-se mais refratários, o que afeta o crescimento econômico, os investimentos produtivos, a geração de empregos e a própria competitividade sistêmica brasileira. Quase todos perdem, pela ausência de diversidade de agentes econômicos respondentes, diante do desequilíbrio decorrente da amostra que origina o levantamento. É necessário buscar uma forma alternativa — para o bem do Brasil, pois como está, o Focus desvirtua a realidade em favor de poucos.

Nesse sentido, o Relatório Firmus é uma importante iniciativa. Porém, precisa ganhar fôlego e receber a devida atenção da sociedade, da mídia e até do próprio BCB. Trata-se de uma pesquisa trimestral, ainda em fase piloto (já na terceira edição), cujo objetivo é captar a percepção de empresas não financeiras sobre a situação de seus negócios e em relação às variáveis econômicas que influenciam suas decisões. Notam-se duas diferenças fun-

damentais, entre o Focus e o Firmus: 1) O intervalo de divulgação do Firmus é trimestral e, portanto, não provoca turbulências de curtíssimo prazo, como o Focus; e 2) No Firmus, diversos segmentos econômicos devem estar representados, incluindo a indústria, o comércio, os serviços, a agricultura e os trabalhadores, pois todos esses atores integram a economia brasileira.

A economia não é uma ciência exata. As expectativas formam as decisões e essas têm efeitos práticos na vida econômica e social dos brasileiros. Está desbalanceada a atenção que a autoridade monetária dispensa ao Focus, em detrimento do Firmus. Embora o sistema financeiro seja fundamental para o desenvolvimento econômico e social de qualquer país, ele não deve ter o monopólio na formação das expectativas dos agentes econômicos. É preciso ouvir os múltiplos setores da sociedade, devidamente qualificados para o debate.

Nesse sentido, o CORECON-SP acredita que essa é uma das matérias mais relevantes da atualidade — sobretudo diante da insustentável taxa de juros reais imposta à sociedade brasileira, com efeitos deletérios ao artigo 3º, inciso III, da Constituição Federal, que representa aspectos fundamentais do pacto social do país. O Focus, como está, servindo para justificar “tecnicamente” juros reais cada vez mais elevados, é contraproducente na busca por erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais. É nesse espírito que o CORECON-SP busca chamar a atenção para temas que podem mudar essa realidade, trazendo-os ao debate público. ■

Odilon Guedes-Economista, Mestre em Economia pela PUC/SP. Professor Universitário. Presidente do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo (Corecon-SP). Foi Vereador e Subprefeito na cidade de São Paulo. Autor do livro *Orçamento Público e Cidadania* (Editora L. Física).

AGU move ação contra a Meta para impedir golpes com símbolos do governo

Medida se baseia no levantamento do NetLab/UFRJ que identificou ao menos 1.770 anúncios disseminando golpes financeiros contra usuários do Facebook e do Instagram entre 10 e 21 de janeiro



Daniel Estevão/AscomAGU

Agência PT

A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizou Ação Civil Pública contra a empresa de tecnologia Meta, nesta segunda-feira (28), para exigir medidas que coíbam o uso indevido de símbolos do governo federal e de imagens de autoridades em anúncios fraudulentos nas plataformas Facebook e Instagram.

A medida da AGU se baseia

no levantamento do Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NetLab/UFRJ) que identificou, ao menos, 1.770 anúncios disseminando golpes financeiros contra usuários, entre 10 e 21 de janeiro.

A AGU denuncia a ineficiência do sistema de verificação da Meta, pede indenização por danos morais coletivos e o repasse dos valores monetizados com os anúncios irregulares ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

Segundo o NetLab, a maioria

das fraudes detectadas divulgavam suposto direito a saque, prometendo a liberação do dinheiro após pagamento de falsa taxa de serviço. Os golpistas se passam por instituições públicas e privadas e manipulam a imagem de autoridades por meio da inteligência artificial.

“Os anunciantes exploraram indevidamente políticas públicas voltadas à inclusão financeira para aplicar golpes em cidadãos brasileiros por meio do impulsionamento de anúncios nas plataformas da Meta”, descreve o documento.

A AGU sustenta ainda que os anúncios são perceptivelmente fraudulentos e, portanto, de fácil detecção pela empresa.

“Como se vê, quanto aos símbolos oficiais, não se está falando de fraudes sofisticadamente executadas, por intermédio de ardis velados e ocultos, cuja identificação seria de grande dificuldade. Ao contrário, se houvesse o mínimo de zelo por parte da empresa ré em uma atividade que lhe gera significativas receitas, tais anúncios jamais poderiam ser publicados”, argumenta, em outro trecho da ação.

A atuação da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD/AGU) atende a demandas da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) e do Ministério da Fazenda. ■



Frente sindical: apoio a Frei Chico, ao governo Lula e ao sindicalismo

Frentes sindicais lançam nota de apoio a Frei Chico

Acompanhamos, estarrecidos, as notícias sobre as fraudes no INSS. Por dois motivos principais: primeiro, pela roubalheira que atinge aposentados e pensionistas; segundo, pelas distorções que permeiam o noticiário, que, de forma maliciosa, tenta relacionar entidades e pessoas alheias ao caso, com o objetivo de promover ataques políticos e antissindicais.

Apoiamos a ação da Polícia Federal e defendemos o ressarcimento de todos que tiveram parte de seus benefícios surrupiados por organizações de má-fé. Repudiamos, igualmente, o desvirtuamento desse caso, transformado em mais um instrumento de ataque aos trabalhadores e ao governo Lula.

Estão sendo injustamente atacados a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Sindicato Nacional dos Aposentados (Sindnapi), entidades sérias, comprometidas com os trabalhadores rurais e com os aposentados, às quais reafirmamos nosso apoio e confiança.

Manifestamos, também, nosso apoio e defesa ao metalúrgico aposentado José Ferreira da Silva, o Frei Chico, que, por meio de manipulações e desinformação típicas da extrema direita, tornou-se indevidamente alvo desse noticiário tendencioso.

Frei Chico está em evidência apenas por seu parentesco com o presidente Lula. Trata-se de pura politicagem eleitoral, que engana muita gente de boa fé.

Metalúrgico de São Caetano, no ABC Paulista, Frei Chico é um histórico líder operário, perse-

guido pelo regime militar, que participou ativamente da refundação das organizações de trabalhadores durante a resistência à ditadura, nas lutas pela redemocratização e pela conquista da Constituição Cidadã. Foi ele quem influenciou seu irmão mais novo, Luiz Inácio Lula da Silva, a ingressar no movimento sindical e a lutar pelos direitos dos trabalhadores — trajetória que culminou na eleição de Lula como um dos presidentes mais comprometidos com o povo em nossa história, a exemplo de Getúlio Vargas.

Jamais Frei Chico utilizou a estrutura sindical ou política em benefício próprio. Sempre viveu — e continua vivendo — de maneira modesta, fiel aos seus ideais.

Ao desviar o foco das investigações para sua figura, a narrativa em torno das fraudes no INSS torna-se um discurso contra o governo e contra o sindicalismo.

É fundamental que as quadrilhas formadas nos governos Temer e Bolsonaro sejam rigorosamente investigadas e desmanteladas. E que o sindicalismo de luta, com seus líderes verdadeiramente comprometidos com a causa dos trabalhadores, seja valorizado nesse processo, para que o povo saiba claramente quem está ao seu lado. ■

São Paulo, 28 de abril de 2025

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Moacyr Tesch Auersvald, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Senado aprova texto do PT para aprimorar destinação de recursos à ciência e tecnologia

Texto do senador Jaques Wagner, relatado por Rogério Carvalho, amplia possibilidades para execução de recursos que ficavam parados no FNDCT. Estima-se que o fundo tenha aproximadamente R\$ 20 bilhões parados

Agência Senado

Projeto de Lei de autoria do senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do Governo Lula no Senado, com o intuito de aprimorar a destinação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) foi aprovado nesta terça-feira (29/4) pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Agora, caso não haja recurso para análise em plenário, a proposta seguirá para a Câmara dos Deputados.

O FNDCT é um dos principais mecanismos de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do país e, ao longo dos anos, tem sido crucial para o fortalecimento de setores estratégicos

Hoje, o estoque do FNDCT chega a aproximadamente R\$ 20 bilhões e, para ser utilizado, depende de o governo enviar um projeto de crédito complementar ao Congresso. Para poupar esse volume de restrições fiscais, a proposta aprovada propõe que esses recursos não sigam a regra segundo a qual 50% do orçamento anual do FNDCT precisa ir para projetos não reembolsáveis – ou seja, ope-

rações que têm impacto no resultado primário.

Dessa forma, esses recursos adicionais também ficariam livres da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que autoriza que até 30% das receitas destinadas ao FNDCT sejam usadas no orçamento para outras finalidades.

“Esse projeto garante a sustentabilidade de um fundo permanente para as contratações não reembolsáveis. Na medida em que esse recurso complementa mais um período, o dinheiro que já saiu na forma de empréstimo para o desenvolvimento de inovação e tecnologia para as empresas retornará e teremos um fundo que estará com um novo recurso que entra, anualmente, na proporção de 50%”, explicou o senador Rogério Carvalho (SE), líder do PT no Senado, e relator do PL 847/2025.

Em seu relatório, o senador Rogério Carvalho estabeleceu que a mudança na norma terá validade até 2028. Além disso, o senador acatou emenda para abarcar as cooperativas e tornar essas entidades possíveis beneficiárias dos recursos do FNDCT.

“Não podemos ficar sempre falando em educação, ciência e tecnologia se a gente não investe.

O projeto não rouba nenhum centavo dos [recursos] não reembolsáveis. Mas havia mais de R\$ 20 bilhões empoçados por conta desse equilíbrio. Naquilo que sobra como retorno, evidentemente, vamos poder liberar para aqueles reembolsados. Ou seja, são empresas ou cooperativas maiores que tem a capacidade de fazer uma pesquisa e remunerar”, destacou o senador Jaques Wagner.

Durante a discussão do projeto, Wagner também citou a notícia do lançamento, na China, da primeira rede de banda larga 10G do mundo inaugurada no último domingo (20/4), em Sunan, província de Hebei. A nova rede é uma iniciativa conjunta da Huawei com a operadora estatal China Unicom. A internet lançada na China alcança velocidades de download de até 9.834 Mbps, upload de 1.008 Mbps e latência de apenas 3 milissegundos.

“Segundo o Banco Mundial, a cada ponto percentual que se investe em ciência e tecnologia você tem, em cinco anos, na média, um crescimento de 1,6 ponto percentual do PIB. É 60% a mais de retorno em termo de criação de riqueza”, enfatizou o autor da proposta. ■



Reprodução

“Um estado de destruição”: as preocupações de uma brasileira vivendo nos EUA de Trump

Valéria Sasser, uma brasileira com cidadania dos EUA, alerta para crise democrática e risco de conflito interno sob governo Trump

Fernanda Otero

Valéria Sasser, brasileira com cidadania estadunidense, expressa sua convicção sobre a necessidade de engajamento político para defender a democracia e a privacidade após o retorno de Donald Trump à Casa Branca. Residente em Sacramento, na Califórnia, ela participou das manifestações do movimento Hands Off em abril, em defesa dos direitos da comunidade brasileira nos EUA.

Morando no país desde 1999, Valéria demorou a solicitar a cidadania, buscando uma conexão emocional genuína antes da decisão. Casada com um veterano da Guerra do Golfo, ela “queria sentir dentro de mim que tinha amor ou conexão com o país a ponto de

me tornar cidadã”, explica. Com o passaporte americano, passou a participar ativamente da política, algo impossível com o Green Card.

O segundo mandato de Trump, iniciado há quatro meses, é motivo de preocupação. Ela descreve um “estado de destruição” no país e argumenta que a vitória do ex-presidente não reflete a vontade da maioria. “Como o voto não é obrigatório e a participação foi baixa, houve muitos não votos de protesto. Gente que simplesmente não foi”, diz.

Povo nas ruas

Nas manifestações do Hands Off, Valéria notou maior mobilização, mas ainda insuficiente: “Ter 11 milhões de pessoas protestando é muito em números absolutos, mas só 3,5% da população. Precisamos de mais gente nas ruas”.

Ela critica as ações de Elon Musk à frente do Departamento de Eficiência Governamental (DOGE) e cita os mais de 200 processos judiciais contra o governo Trump. “Estamos à beira de uma crise constitucional. Pelo sistema legal, um juiz pode contratar uma força policial privada para impor leis. A situação é grave e imprevisível”.

Valéria também teme uma guerra civil. “Há grupos discutindo revolução, militares sendo instados a desobedecer ordens ‘inconstitucionais’ e uma massa apática que ignora tudo, desde que seu Netflix funcione”, relata. Sobre o risco de terrorismo doméstico, ela alerta para o desmonte de políticas públicas: “Com cortes na Educação, crianças perderão merenda e acesso à saúde. Muitas só comem na escola. A desigualdade é enorme, e não sei até onde isso vai levar”. ■

Há 50 anos: entenda por que o Vietnã venceu a guerra contra os Estados Unidos

Conflito será tema de debate na Fundação Perseu Abramo nesta quarta-feira (30)



Bruce Crandalls/Wikimedia Commons

Henrique Nunes

A Fundação Perseu Abramo realiza, nesta quarta-feira (30), o debate “1975-2025: Cinquenta anos da derrota dos Estados Unidos e da reunificação do Vietnã”, com exposição de Natália Mello, comentários de MAO (José Rodrigues Mao Júnior) e coordenação de Valter Pomar.

Antes do evento, a revista Focus apresenta alguns dos principais motivos que confirmam a vitória do país asiático sobre a potência bélica norte-americana.

No dia 30 de abril de 1975, a cidade de Saigon, atual Ho Chi Minh, então capital do Vietnã do Sul, foi capturada pelo Exército norte-vietnamita e pelos vietcon-

gues. Era o fim da Guerra do Vietnã e o início de um processo de transição para a reunificação do país sob regime comunista.

Mas antes disso já havia indícios de que a investida dos Estados Unidos não seguia conforme o planejado. Em 1973, após a assinatura dos Acordos de Paz de Paris, os EUA se comprometeram a retirar todas as suas tropas do Vietnã. A retirada, sem que o Vietnã do Sul estivesse realmente estabilizado, foi interpretada como uma vitória para o Vietnã do Norte.

Ao fim do conflito, o Vietnã do Norte alcançou seu objetivo estratégico: reunificar o país sob um regime comunista, criando a atual República Socialista do Vietnã, o que contrariava diretamente os interesses dos EUA, que buscavam conter a expansão do comu-

nismo na região.

A chamada “Teoria Dominó”, segundo a qual a queda do Vietnã do Sul ao comunismo provocaria uma reação em cadeia em outros países da Ásia, também não se concretizou em larga escala. A vitória vietnamita, assim, expôs os limites do poder militar e da influência política dos Estados Unidos.

Impacto na sociedade e na política americana

A Guerra do Vietnã deixou marcas profundas nos Estados Unidos: milhares de mortes, uma sociedade dividida, descrédito nas instituições políticas, como demonstrado pelo escândalo de Watergate, e uma política externa mais cautelosa nas décadas seguintes. O chamado “síndrome do Vietnã” mostrou que o esforço militar e o sacrifício humano não foram suficientes para evitar a derrota, o que confirmou o triunfo vietnamita.

Os protestos contra o conflito começaram ainda no início dos anos 1960, com estudantes, pacifistas e ativistas pelos direitos civis. À medida que o envolvimento militar americano se intensificava, especialmente após 1965, o movimento contra a guerra cresceu exponencialmente.

Esses protestos influenciaram a opinião pública e pressionaram o governo. O apoio popular à guerra caiu drasticamente ao longo dos anos 1960 e início dos anos 1970. Isso forçou o governo Nixon a adotar a chamada “vietnamização”, a redução gradual das tropas americanas, e a negociar os Acordos de Paris. ■



Brasil e Chile reforçam parceria com foco em comércio, integração e democracia

Durante visita oficial, Gabriel Boric e Lula assinaram 13 acordos bilaterais e defenderam a cooperação regional e o multilateralismo

Fernanda Otero

Após a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Chile em agosto de 2024, foi a vez do presidente chileno, Gabriel Boric, retribuir a agenda. Entre os dias 22 e 24 de abril, Boric esteve no Brasil com uma ampla comitiva ministerial. Durante os encontros, os dois presidentes celebraram os 189 anos de relações diplomáticas e assinaram 13 instrumentos bilaterais, aprofundando a cooperação em áreas estratégicas.

No dia 22 de abril, data em que se comemora o Dia da Amizade Brasil-Chile, a comitiva chilena

foi recebida no Palácio do Planalto. Foram discutidos temas bilaterais, regionais e multilaterais, com foco no comércio e na integração latino-americana.

O Brasil é o terceiro maior parceiro comercial do Chile, com um intercâmbio anual de US\$ 12,3 bilhões, além de ser o maior investidor latino-americano no país vizinho, com mais de US\$ 4,5 bilhões aplicados em setores como energia, serviços financeiros, alimentos, mineração, construção e fármacos. Entre os principais produtos exportados pelo Chile ao Brasil estão cobre, pescados e minérios. Do lado brasileiro, destacam-se petróleo, carne bovina e automóveis. Espera-se que o avanço nas regras do Acordo de Livre Comércio impulse ainda

mais as exportações de veículos para o Chile.

Fórum Empresarial Chile-Brasil

Na cerimônia de encerramento do Fórum Empresarial Chile-Brasil, cerca de 200 empresários e empresárias acompanharam os discursos dos chefes de Estado. Boric afirmou que os países estão entrando em uma nova fase de cooperação: “Nosso dever é construir instituições que permitam pensar a longo prazo, para além das afinidades pessoais ou das próximas eleições”.

Lula, por sua vez, criticou a dependência histórica da América Latina em relação às grandes potências: “Esperamos que os EUA



ou a União Europeia nos tornem ricos. Agora, fazemos o mesmo com a China. Mas ninguém vai nos enriquecer — precisamos querer isso a partir das nossas capacidades”.

Corredor Bioceânico e integração regional

Em 23 de abril, Boric participou da mesa redonda “Oportunidades de Negócios e Investimentos no Corredor Bioceânico”, ao lado da ministra do Planejamento, Simone Tebet, e do ministro chileno Nicolás Grau. O projeto visa conectar o Brasil ao Pacífico e o Chile ao Atlântico, integrando os portos de São Paulo, Paraná e Santa Catarina aos portos chilenos de Iquique, Mejillones e Antofagasta. A proposta envolve ainda Paraguai e Argentina e busca impulsionar o desenvolvimento logístico e comercial da região.

“O Brasil tem um papel insubstituível na liderança do Sul Global”, afirmou Boric em palestra na UnB.

Encontros no Congresso e STF

A agenda oficial também incluiu uma visita ao Congresso Nacional. A comitiva chilena foi recebida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Este último destacou o caráter federativo do Senado brasileiro como elemento de equilíbrio entre os estados.

No mesmo dia, Boric e sua delegação foram recebidos no Supremo Tribunal Federal por sete ministros da Corte, entre eles o presidente Luís Roberto Barroso. O encontro abordou temas como democracia, direitos fundamentais e estabilidade institucional. Barroso destacou o compromisso democrático do Chile e a alternância no poder como exemplo para a região.

Palestra na UnB encerra visita

No dia 24, Gabriel Boric encerrou sua passagem pelo Brasil com uma palestra na Universidade de Brasília, recebida pela reitora Rozana Naves. Diante de estudantes e acadêmicos, o presidente falou sobre “Democracia e Comércio: Isolacionismo versus Cooperação”, ressaltando os desafios do atual cenário internacional e a importância do multilateralismo.

“Reconhecemos no Brasil um papel de liderança fundamental e insubstituível na articulação da voz do Sul Global. Em um mundo incerto, com as regras em redefinição, a democracia e o multilateralismo nos permitem nos posicionar como atores internacionais”, disse Boric. Ele também apontou que, apesar das turbulências, o cenário global oferece oportunidades para diversificar alianças e fortalecer o papel regional de países como Brasil e Chile. ■

Com informações da Agência Brasil e da Presidência do Chile



Acervo da Artista

Histórias e movimento das feiras do sertão baiano inspiram artista Emily Reis

Um olhar do sertão baiano sobre a cultura, resistência e transformação

Rose Silva

Uma das representantes da novíssima geração de Feira de Santana (BA) é a artista visual, arte-educadora, ilustradora e atelierista Emily Reis, que, aos 27 anos, vê a arte como ferramenta para educar e transformar realidades e olhares. Suas inspirações partem das lutas sociais cotidianas, vivências e resistências locais.

“Feira de Santana é conhecida

como um portal do sertão, por onde tudo passa no sentido comercial. Daí vem o nome da cidade. Nas feiras populares estão o movimento, as pessoas, as cores, a vida, a espiritualidade. Tudo o que eu busco e trago em uma obra passa por ali”, afirma.

Emily destaca o grande potencial artístico de seu território, onde se formam muitos cantores, atores, atrizes, artistas plásticos e visuais. E pontua que seu desenvolvimento e amadurecimento profissional foi pautado pela história e referências assimiladas quando trabalhou nos dois prin-

cipais museus da cidade. “Isso me possibilitou entender questões do passado, aprimorar meu olhar para o presente e o futuro. Sempre tento trazer esse pertencimento aos meus trabalhos e narrativas”, diz.

Ela reconhece os estímulos que recebeu na infância, na escola, como determinantes para o trabalho que realiza hoje. “A infância trouxe essa ascendência da arte na minha vida como forma de expressão. Sempre participei de atividades interdisciplinares envolvendo práticas artísticas, sobretudo arte visual. Depois pas-

sei a me reunir com amigos para pintar. O desenho e a pintura me acompanharam por muito tempo, da infância até a adolescência”, lembra.

Seu processo de criação é autodidata e intuitivo, influenciado pelo avô, que era um fotógrafo de olhar sensível, e do pai, arquiteto, que sempre gostou muito de desenhar em momentos íntimos e de afetividade.

“Com o passar dos anos, eu comecei a considerar a realidade social como motivação artística e passei a ver a arte como ferramenta de transformação e comunicação. Isso se realçou a partir da minha adolescência e ainda mais na minha atual fase de jovem adulta, pois a arte me possibilita comunicar coisas da minha espiritualidade, feminilidade e ancestralidade”, afirma.

Trajectoria

Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), ela iniciou sua jornada profissional em 2018, militando em um coletivo de mulheres e no movimento estudantil da universidade, onde utilizava a arte como ferramenta de denúncia e transformação social.

A partir da inserção em feiras, passou a comercializar suas pinturas e artesanatos. Idealizou projetos culturais que buscavam tornar mais acessíveis a arte, cultura e educação para a comunidade local. Participou de curadorias de exposições artísticas no Museu de Arte Contemporânea em Feira de Santana (2023). Expôs seus trabalhos em exposições como “Carolinas” no Sesc Feira de Santana (2024).

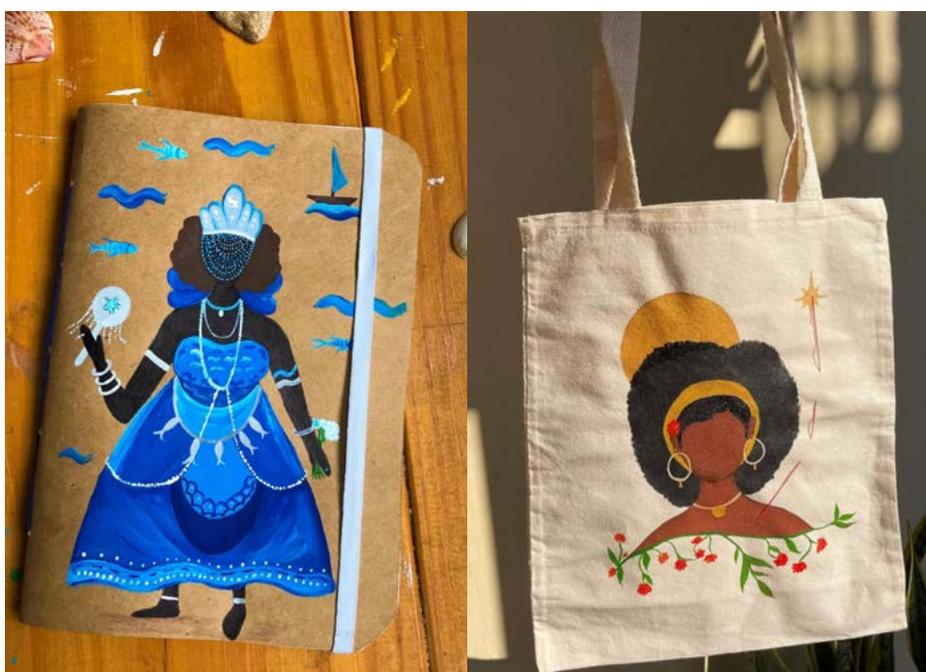
Em 2022, recebeu o Prêmio José Jerônimo de Moraes: Arte, Ciência e Humanidades nas categorias “Melhor Trabalho Artístico” com a obra “Feira de Lutas e Encantos” e “Artista do Ano”. ■



Acervo da Artista



Acervo da Artista



Acervo da Artista



25/04/1974

Dia da Liberdade: Portugal comemora 51 anos da Revolução dos Cravos

A Revolução dos Cravos foi o desfecho de uma situação que começou muitos anos antes, com os movimentos de independência das colônias portuguesas. Após a Segunda Guerra Mundial, a colonização passou a ser vista como um atentado à liberdade dos povos, e esforços internacionais começaram a ser feitos no sentido de pressionar Portugal a conceder independência aos seus “territórios ultramarinos”.

Com a entrada de Portugal na Organização das Nações Unidas em 1955, a situação complicou-se ainda mais, dando início a uma polêmica diplomática que seguiria até o ano de 1974. A partir de 1961, o que era uma batalha diplomática se transformou em guerrilhas separatistas nos territórios coloniais, com inúmeras revoltas e atos de terrorismo. Em Angola, a guerrilha começou em 1961; na Guiné, em 1963; e em Moçambi-

que, em 1964.

Mesmo com grande esforço militar, as baixas portuguesas durante as Guerras Coloniais foram enormes, considerando-se a população do país — menos de 9 milhões de habitantes à época. Foram cerca de 10 mil soldados mortos e 20 mil feridos com sequelas, sem contar mais de 100 mil homens com estresse pós-traumático.

Com tantas baixas e uma população insatisfeita, os efeitos das Guerras Coloniais tiveram relação direta com o fim da ditadura em Portugal. As pressões não vinham mais apenas do cenário internacional. Internamente, o país enfrentava uma sociedade cada vez mais hostil diante da guerra e do militarismo.

Mas foi do Exército que partiu o movimento que acabaria definitivamente com a ditadura. À meia-noite do dia 25 de abril de 1974, os soldados saíram dos quartéis, tomaram as ruas de Lisboa e exigiram a deposição de Marcello Caetano, então presidente do Conselho do Estado Novo.

Naquela noite, a população distribuiu cravos em forma de agradecimento aos soldados rebeldes. A imagem dos militares com cravos nas armas ficou na memória dos portugueses como o símbolo de uma revolução sem violência.

Os rebeldes instituíram uma Junta de Salvação, responsável por fazer a transição do regime e dar fim às instituições ditatoriais, como a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide) e a censura.

Dias após a revolta, líderes dos partidos de oposição, como Mário Soares (Partido Socialista) e Álvaro Cunhal (Partido Comunista), voltaram do exílio.



01/05/1940

Decreto institui o salário mínimo

Getúlio baixa decreto determinando que todo trabalhador brasileiro, sem distinção de sexo, tem direito a um salário mínimo mensal que deve satisfazer, segundo o texto do decreto, “às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”.

Pela primeira vez no Brasil, o Dia do Trabalho foi comemorado num estádio de futebol — o São Januário, no Rio de Janeiro. Getúlio entrou no campo do Vasco da Gama em carro aberto, sob aplausos de 40 mil trabalhadores. Além do presidente da República, compareceram ao ato vários ministros de Estado e o cardeal dom Sebastião Leme, Arcebispo do Rio

de Janeiro. A festa foi organizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e transmitida pelo rádio a todo o país. Operários e suas famílias lotaram o estádio, que estava enfeitado com enormes bandeiras nacionais e figuras alegóricas do trabalhador brasileiro.

Getúlio falou à multidão que “os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhes os votos, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais”. E concluiu: “só o trabalho fecundo,

dentro da ordem legal que assegura a todos — patrões e operários, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artesãos, intelectuais — um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da pátria brasileira”.

O salário mínimo seria fixado a partir da realidade econômica de cada região, com 14 valores diferentes — variando de 90 mil-réis, no interior do Nordeste, a 240 mil-réis, nas grandes cidades. Haveria um acréscimo para atividades insalubres, e o trabalhador menor de 18 anos teria direito a metade do valor do salário mínimo.

O decreto do salário mínimo não contemplou os trabalhadores do campo.

Bombas matam um e ferem capitão no “show” de 1º de maio

Duas bombas explodiram no Rio-Centro, ontem às 21h, pouco depois de começar o show comemorativo do Dia do Trabalho. A primeira, no Puma OT-0297, matou um homem moreno, de barba, que não pôde ser identificado no local, e feriu o Capitão do Exército, Wilson Luis Chaves Machado, 33 anos, internado em estado grave no CTI do Hospital Miguel Couto. Da Arma de Cavalaria, o Capitão está lotado no Pelotão de Motociclistas da PE.

A segunda explosão foi na caixa de força do Rio-Centro e não provocou vítimas. O espetáculo, com cerca de 20 mil espectadores, prosseguiu até o final. A Polícia Militar



30/04/1981

Bomba no riocentro implode terror militar

Morre o sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário e fica gravemente ferido o capitão Wilson Dias Machado na explosão de uma bomba no estacionamento do Riocentro, no Rio de Janeiro. O explosivo era manuseado pelo suboficial dentro de um carro. Os dois militares eram agentes do DOI-Codi do 1º Exército e planejavam detonar o artefato no auditório do pavilhão, no qual 20 mil pessoas assistiam ao show comemorativo do 1º de Maio. O objetivo era criar pânico na plateia e responsabilizar um grupo de esquerda pelo atentado. A explosão acidental da bomba frustrou o plano terrorista e abriu a mais grave crise política do governo do general presidente João Baptista de Góes.

A participação de militares num plano criminoso, que poderia ter feito um número incalculável de vítimas, chocou a sociedade. Em vez de investigar e punir os responsáveis, o governo da “abertura” ajudou o comando do 1º Exército a acobertá-los, por meio de um inquérito fraudulen-

to.

A bomba explodiu por volta das 21h20. O barulho não foi percebido pelo público dentro do auditório, onde se apresentava a cantora Elba Ramalho. Minutos depois, uma segunda bomba explodiria na casa de força do Riocentro, mas não foi suficiente para cortar a energia. Ao final do show, o cantor Gonzaguinha informou à plateia: “Pessoas contra a democracia jogaram bombas lá fora para nos amedrontar”.

Todas as evidências apontavam para um “acidente de trabalho” em meio a um crime premeditado. O chefe da segurança do Riocentro havia sido substituído naquele dia. O policiamento do show tinha sido cancelado. O sargento Rosário e o capitão Wilson foram vistos na tarde do atentado num restaurante, em companhia de outros agentes do DOI e do Centro de Informações do Exército (CIE), examinando mapas. Havia pelo menos duas granadas dentro do carro em que estavam — um Puma com chapas falsas, registrado em nome do capitão

Wilson.

No dia do atentado, placas de trânsito no caminho do Riocentro foram pichadas com a sigla VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), grupo de esquerda que não existia desde 1973, quando foi liquidado pela repressão. Fotos das pichações foram feitas “para aproveitamento na imprensa”, segundo relatório do então chefe do DOI-Codi, coronel Julio Molinas Dias, que seria revelado em 2012. O CIE e o Serviço Nacional de Informações (SNI), chefiado pelo general Octavio Medeiros, sabiam previamente da “Missão 115 - Operação Centro”, nome de código do atentado planejado pelo DOI-Codi.

O coronel Luiz Antônio do Prado Ribeiro, nomeado para presidir o Inquérito Policial-Militar, renunciou dias depois quando os indícios contra militares do Exército começaram a ser revelados pela imprensa. Foi substituído então pelo coronel Job Lorena de Sant’Anna, que entregaria um relatório sustentando a versão do DOI-Codi: contra todas as evidências, o sargento e o capitão teriam sido vítimas de uma bomba colocada no carro, “provavelmente por subversivos”.

Em 1999, o caso foi reaberto pela procuradora da República Gilda Berer. Novo IPM, conduzido pelo general Sérgio Conforto, concluiu pela responsabilidade do sargento Rosário, do capitão Wilson (naquela altura promovido a coronel), do ex-chefe da Agência Central do SNI, general Newton Cruz (pelo crime de prevaricação) e do ex-chefe da agência do SNI no Rio, coronel Freddie Perdigão. O coronel Perdigão, um dos mais notórios torturadores do período, foi apontado como mentor do crime. O Superior Tribunal Militar considerou que o caso estava coberto pela Lei de Anistia.

Depois da explosão do Riocentro, cessou a onda de atentados terroristas iniciada no ano anterior.

Será publicada amanhã a Consolidação das Leis do T

O Código do Trabalhador contém 921 artigos e foi elaborado sob a direta orientação do presidente Getúlio Vargas e do ministro Marcondes Filho — Os pontos principais da Consolidação

Em fevereiro do ano passado, logo após assumir a pasta do Trabalho, o ministro Marcondes Filho designou uma comissão para consolidar as leis do trabalho e de previdência social.

Subdividiu-se a Comissão em duas sub-comissões, tendo-se incumbido da parte de legislação do Trabalho os srs. Arnaldo Sussekind, Dorval Lacerda, J. de Se- gadas Vianna e Rêgo Monteiro,

quando os membros de uma família trabalharem na mesma empresa. Ainda com relação à estabilidade é interessante ressaltar que foi facultada a sua conversão em indenização paga em dobro, quando se verificar manifesta incompatibilidade entre o empregador e o empregado. Essa conversão só poderá ser feita, entretanto, pela Justiça do Trabalho.

Ampla divulgação

condes Filho 20.000 exemplares gratuitos

Ainda a em todos os educativas s veres dos tra do, assim, a lidação.

Também r dação será da. O miui vem realiza do Brasil", t cacional dos minou que exemplares Interventore publicação

01/05/1943

CLT sobrevive com direitos do trabalhador sob disputa

Uma das normas mais conhecidas e longevas do Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) completa 80 anos nesta segunda-feira (1º).

Ela garante aos trabalhadores uma série de direitos, como jornada diária máxima de oito horas, descanso semanal remunerado, férias, pagamento de hora extra, atuação em ambiente salubre, aviso prévio, licença-maternidade e paternidade, 13º salário, proteção contra demissão sem justa causa e seguro-desemprego.

A CLT (Decreto-Lei 5.452) foi um dos primeiros instrumentos de inclusão social do Brasil. Por essa razão, costuma ser qualificada como patrimônio do trabalhador e passaporte da cidadania.

A norma foi assinada por Getúlio Vargas em 1º de maio de 1943. Diferentemente do que informam diversos textos, o anúncio da CLT não foi feito em São Januário, campo do Vasco da Gama, na épo-

ca o maior estádio de futebol do Rio de Janeiro, que costumava ser palco das festas do Dia do Trabalhador.

Foi da sacada do palácio do Ministério do Trabalho, no centro da antiga capital, que o presidente anunciou a novidade, num discurso dirigido à multidão que participava das comemorações organizadas pelo governo.

Como era o tempo do Estado Novo (1937-1945), a norma que instituiu a CLT não foi discutida pelo Senado nem pela Câmara, que permaneceram fechados durante toda a ditadura varguista. O decreto-lei partiu do Poder Executivo.

A posterior adição de direitos à legislação trabalhista, ao contrário, passaria sempre pelo Parlamento. O 13º salário, por exemplo, veio em 1962. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em 1967.

De acordo com historiadores,

quando apresentou a CLT, Getúlio Vargas tinha três objetivos principais em mente. O primeiro era atrair mão de obra do campo para a cidade e, assim, abastecer e fortalecer as incipientes fábricas. O Brasil era majoritariamente rural. O governo Vargas, em suas diferentes fases, se caracterizou por apostar na indústria como combustível do desenvolvimento nacional.

O segundo objetivo era evitar a “luta de classes” — expressão usada por Lindolfo Collor, um dos ministros do Trabalho de Getúlio Vargas. A criação de regras para o mercado de trabalho reduziria a exploração e, consequentemente, a insatisfação do operariado com os patrões e o governo, afastando o risco de rebeliões populares e instabilidade política e econômica.

O terceiro era sufocar o comunismo. A CLT, em seus primórdios, limitava o número de sindicatos e os subordinava ao Ministério do Trabalho, que proibia as greves e a disseminação de ideias tidas como subversivas.

A CLT surpreendeu por resistir à mudança dos tempos. No início quase exclusiva para os operários da indústria, aumentou seu alcance com o passar do tempo até englobar todo tipo de trabalhador.

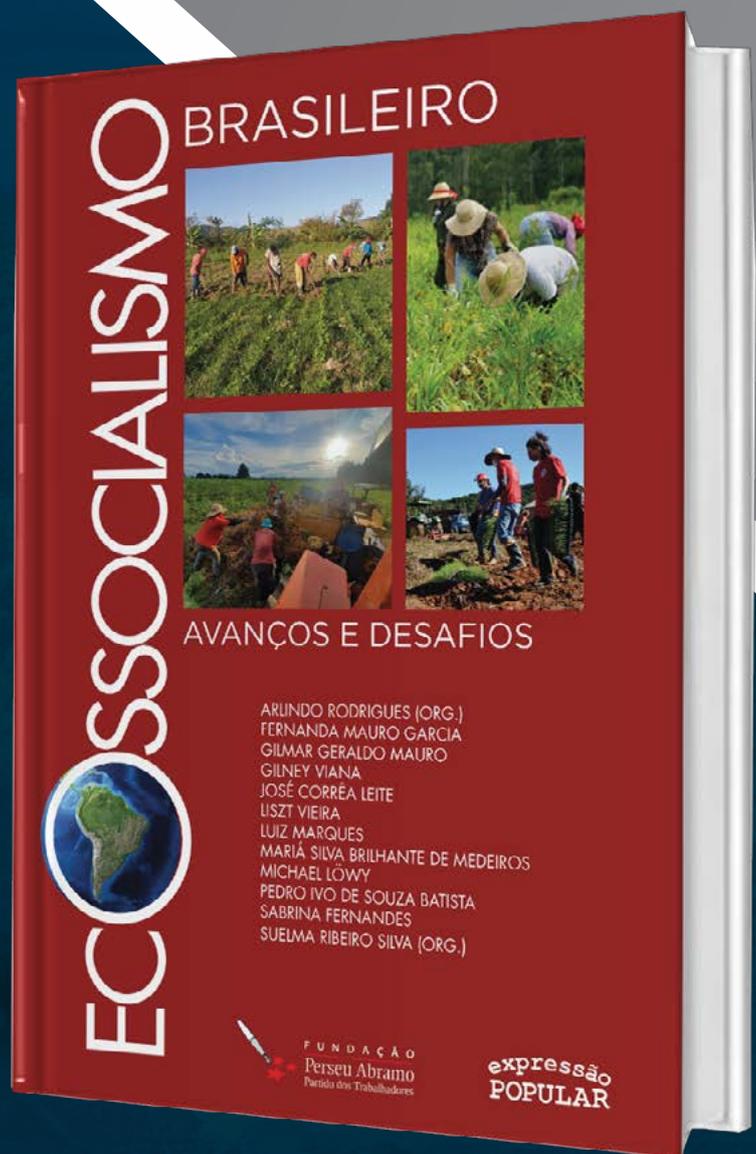
O maior sinal de que não é datada ou ultrapassada foi emitido em 1988, quando diversas das proteções trabalhistas inscritas na CLT passaram a fazer parte da Constituição, ganhando o status de direitos sociais.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

SAIBA MAIS SOBRE A **LUTA AMBIENTAL** INTERNACIONAL E BRASILEIRA

A segunda edição do livro **Ecosocialismo brasileiro – avanços e desafios** é uma leitura necessária! A realidade da crise climática nos obriga a encontrar respostas para a consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda, acesso a serviços essenciais e a preservação das condições da regeneração ambiental.



ACESSE A VERSÃO ELETRÔNICA:

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios

Edição impressa disponível nas livrarias ou na loja virtual da coeditora, **Expressão Popular**.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

**expressão
POPULAR**